

L E I Nº 3.214/2012

Data : 05 de abril de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal escriturar o imóvel constituído do Lote 30, da Quadra B, no Conjunto Habitacional Carvalho Henriques, nesta cidade, em de DIRCEU BENEDITO DA SILVA JÓIA, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a escriturar o imóvel constituído do Lote 30, da Quadra B, com área de 195,00 m², contendo uma residência, em alvenaria, com 70,00 m², situado na rua José Ferreira da Silva s/nº, no Conjunto Habitacional Carvalho Henriques, nesta cidade, doado verbalmente em 1996 pelo município ao Sr. João Oliveira da Motta e sua mulher Maria Zilda da Mota, que por sua vez, vendeu os direitos ao Sr. Pedro Luiz Telles da Silva e Ana Maria Telles da Silva, que o vendeu ao Sr. **DIRCEU BENEDITO DA SILVA JÓIA**, brasileiro, casado, policial rodoviário, portador da Carteira de Identidade RG nº 3,469,372-2/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 453.856.969-00, residente e domiciliado na rua José Ferreira da Silva s/nº, nesta cidade, em nome deste.

§ 1º - A escrituração a que se refere o "caput" deste artigo, dar-se-á por concessão de uso especial, para fins de sua moradia e de seus familiares, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva doação ao concessionário, que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - As despesas para lavratura de escritura pública de concessão de uso especial e da escritura pública definitiva de doação, ficarão sob responsabilidade do concessionário.

Art. 3º - A presente concessão especial de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Parágrafo Único - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário-

Art. 4º - A presente concessão especial de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 119 c/c o art. 961 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao Município, acrescida de suas benfeitorias, caso o concessionário ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 1º desta Lei, sem expresse consentimento do Município.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU, em relação ao imóvel, objeto desta concessão especial de uso, em nome do concessionário.

§ 1º - O débito decorrente do Imposto Predial e Territorial do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, não poderá ser inscrito em dívida ativa do Município, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão e reverter o imóvel ao Município, acrescido das edificações, sem que nenhum direito haja para o concessionário a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 2º - O Município, a seu critério, poderá rever a penalidade imposta ao concessionário, prevista no parágrafo anterior .

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de abril de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal